



ATA DA 8ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PDDU), REALIZADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS) NO DIA 3 DE MARÇO DE 2016.

Compareceram os Senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ARNANDO LESSA, EUVALDO JORGE, GERALDO JÚNIOR, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, JOSÉ TRINDADE, KÁTIA ALVES, LÉO PRATES, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR e PEDRINHO PEPÊ. Às 8h50, o cerimonialista dirigiu-se aos presentes no auditório do Centro de Cultura da CMS para anunciar o início da oitava audiência pública para discutir o Projeto de Lei n. 396/15, que cria o novo PDDU, com o tema “Devolutivas – Propostas e Sugestões”. Em seguida, convidou para compor a Mesa os senhores: vereador Paulo Câmara, presidente da CMS; vereador Arnando Lessa, presidente da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente; vereador Léo Prates, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final; vereador Geraldo Júnior; Lídia Santana, coordenadora da Comissão Técnica do PDDU, e Mário Marcelino, membro dessa Comissão. Com a palavra, o senhor presidente saudou os presentes e informou que as respostas às formulações para o Projeto, enviadas por populares e entidades, já estavam no *site* da Casa. O vereador Léo Prates saudou a todos e, em especial, ao vereador José Trindade, por sua participação nas audiências públicas do PDDU. Disse se sentir vitorioso por estarem na metade do processo das audiências, com participação popular inclusive digital, modalidade para a qual pediu ampliação ao senhor presidente, para que os telespectadores da TV Câmara pudessem enviar sugestões e receber respostas. Elogiou o instrumento da audiência devolutiva, destacando o empoderamento da sociedade, e citou elogio do diretor legislativo da Casa, que tem experiência na atividade legislativa, a esse modelo. O senhor presidente lembrou aos cidadãos que acompanhavam a audiência que eles podiam enviar perguntas por *e-mail*. O vereador Geraldo Júnior considerou a fala do presidente Paulo Câmara uma exortação à participação do telespectador; defendeu a importância de se amadurecerem as discussões temáticas individualizadamente, informando que apresentaria emendas para tanto; e ressaltou a importância das oficinas para ampliar a participação popular. O vereador Arnando Lessa parabenizou a coordenadora técnica Lídia Santana e lamentou a estratégia política na predisposição em judicializar a questão. O senhor presidente informou que ela já fora previamente judicializada, mas que o processo foi derrotado. A senhora Lídia Santana explicou que esta audiência devolutiva tratava, especificamente, das contribuições por escrito referentes às audiências dos dias 27 e 29/02 e 1º/03, propostas de alteração do Plano Diretor,

Título VIII – Capítulos III, IV, V e VI, e que as sugestões orais realizadas durante essas audiências seriam compiladas e apresentadas na próxima audiência, terceira devolutiva, a se realizar no dia 7 de março. Esclareceu o papel da Comissão Técnica na realização de triagem e aviso de compatibilidade das propostas com o Plano Diretor, sem excluir o papel das Comissões temáticas e a apreciação dos vereadores. Em seguida, apresentou uma planilha, explicando as propostas feitas pelos cidadãos e sua viabilidade técnica. Começou falando sobre as onze sugestões viáveis do arquiteto Daniel Colina, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Departamento Bahia (IAB-BA), que propôs: 1. Manter o conceito de zona/zonamento, considerando as zonas criadas na Lei de Ordenamento e Uso do Solo (LOUOS) com as devidas correspondências com a Lei n. 7.400/2008; 2. Excluir o uso residencial sobre a zona industrial, mantendo a diversificação de uso nessa zona, inclusive as atividades logísticas; 3. Corrigir/compatibilizar disposições dos parágrafos 1º e 2º, art. 176, e Quadro 5; 4. Incluir, no Quadro 5, as seis Zonas de Centralidade Municipais (ZCMUs) constantes do Mapa 2 (vide art. 395); 5. Manter os subcentros existentes e os novos criados com a mesma denominação da LOUOS e coeficientes de aproveitamento do PDDU de 2008, até a elaboração de estudos específicos; 6. Considerar como Concentração Linear de Usos Múltiplos (C), com as mesmas atividades previstas no Projeto, o trecho delimitado como macrozona de integração metropolitana desde o centro de Camaragibe até a nova nucleação da Avenida 29 de Março com a Avenida Luis Viana; 7. Excluir a Zona de Desenvolvimento Econômico (ZDE), as Zonas de Uso Especial (ZUE), as Zonas de Uso Sustentável das Ilhas (ZUSI), as Zonas de Interesse Turístico (ZIT) e a Zona de Proteção Ambiental (ZPAM); 8. Retirar diretrizes sobre investimentos em ferrovia; 9. Considerar a Zona de Exploração Mineral (ZEM) como zona industrial, pois, desde 2008, sua desagregação não se materializou na prática, e tal modificação colabora para adequação deste setor para a Cidade. O vereador Geraldo Junior solicitou duas emendas – registrando a contribuição do vereador Pedrinho Pepê, uma modificativa, sugerindo alteração do inciso II do art. 263, em relação às zonas de amortecimento e sua relação com o Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural (SAVAM), e uma supressiva, do parágrafo 1º do art. 283, resultando a exclusão do Mapa 7A, por entender haver incongruência com as áreas remanescentes do Bioma Mata Atlântica. A coordenadora técnica Lídia Santana continuou sua explanação com o item 10. Estabelecer Coeficiente de Aproveitamento Mínimo (CAM) de, no máximo, 0,2, exclusivamente para a macroárea de urbanização consolidada, desde que infraestruturada e com demanda de mercado, comentando que, segundo o Estatuto da Cidade, os coeficientes podem ser definidos em lei específica, e que, mesmo não sendo matéria do Plano, ela considera possível haver uma especificação das áreas de CAM; e, por fim, o item 11. Manter as categorias de uso da

LOUOS, afirmando que, para ela, tal viabilidade técnica teria implicação em alterar todo o capítulo do zoneamento. Também falou da proposta viável apresentada pelo consultor Francisco Moreno, que sugeriu o mapa do sistema de transporte de passageiros com a extensão da Linha 1 do Metrô até a Calçada. Disse que também era viável a proposta da advogada Érica Rusch sobre alteração dos art.s 244 a 253; 255 a 257; 260 a 270; substituição da Seção V (arts. 33 e 34), Título IV, Capítulo II; substituição da Seção IV, (arts. 271 a 274); exclusão da Subseção V; substituição da Subseção VI (arts. 279 a 281); substituição da Subseção VII (arts. 282 e 283), com implicações na substituição do Capítulo VI e alterações no Capítulo IV. Disse ser inviável a proposta de autoria do senhor Gilson Duarte Presídio, do Grupo Ambientalista Jequitibá, de substituir o art. 199, que trata da amplitude dos modos de transporte, pois sua análise é que a prioridade é dos modos de transporte não-motorizados sobre os motorizados, e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado, em consonância ao inciso II, art. 6º, da Lei Federal n. 12.587/2012. Sobre as sugestões feitas pelo senhor Mozart Estrela, de inclusão de um novo inciso XIII, no art. 14, de apoio e incentivo ao desenvolvimento do setor pesqueiro como diretriz ao desenvolvimento econômico, e exclusão de habitação da zona industrial, disse que essas mudanças eram tecnicamente viáveis. Afirmou ser inviável o que a senhora Caroline Alves, da Associação dos Moradores de Itapuã, apresentou a respeito da criação do Parque Ambiental do Farol de Itapuã e do Parque Marinho da Pedra que Ronca, e o tombamento, pela UNESCO, do primeiro. Em resposta, afirmou que isso dependia de estudos específicos para enquadramento e delimitação, seguidos de consulta pública, e que o tombamento requer processo próprio, não sendo objeto de Plano Diretor. Por fim, falou de uma série de sugestões de modificações, feitas pelo senhor Eloy Lorenzo Amoedo, algumas inviáveis, e a última, viável: disse que, para a criação de Parques Urbanos, é preciso estudos específicos para enquadramento e delimitação, seguidos de consulta pública, segundo a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); que é impossível obrigar o empreendedor a manter 50% da área dos novos loteamentos como Parque Ambiental; que é inviável reflorestar o Parque do Aeroclube com espécies oriundas da Mata Atlântica, pois isso depende de estudos de viabilidade, já que o alto nível de salinidade da região não favorece o plantio; sobre delimitar a poligonal do Parque Ambiental do Vale Encantado, que a mancha do Parque foi mantida no Projeto, e que o seu devido enquadramento territorial especialmente protegido depende de estudos ambientais específicos, conjuntamente com consulta pública de acordo à Lei Federal do SNUC; e, por último, registrou a viabilidade de colocar como diretriz, nas Disposições Transitórias, o IPTU para criar desenvolvimento em Salvador. O senhor presidente Arnando Lessa agradeceu o suporte dado aos trabalhos pela senhora Lídia Santana

e outros, e abriu as inscrições para os pronunciamentos, em seguida convidando o vereador Léo Prates a assumir a Presidência da audiência. Com a palavra, o senhor Carl Hauenschild explicou as razões de seu atraso e perguntou se a senhora Lídia Santana apenas havia respondido às proposições do senhor Daniel Colina ou se havia dito algo mais. A senhora Lídia Santana explicou toda a extensão de sua explanação. O orador disse que o termo “devolutiva” sugeria uma resposta da CMS, numa dimensão política que lhe é própria, e não de um setor técnico. O senhor presidente esclareceu que a tramitação de uma proposta envolve apreciações técnicas prévias para aferição de compatibilidade legal, o que, em caso negativo, obsta o juízo político, o qual explicou só advir, neste caso, com o relatório das Comissões envolvidas. Disse se pautar pelo Estatuto das Cidades, e não por “achismos”, e informou que o relatório das Comissões ia poder ter voto em separado de vereador divergente. O vereador Arnando Lessa informou que também haveria sub-relatórios parciais, para manter a população informada, e o senhor Mário Marcelino disse que todas as manifestações enviadas, física ou digitalmente, seriam respondidas, com tudo permanecendo visualizável no sistema. O senhor Carl Hauenschild esclareceu que não tinha pretendido antecipar etapas e apenas ansiava, como outros, por um diálogo direto com os edis e as Comissões ao longo das audiências, e não apenas após o encerramento delas. O senhor presidente disse que até poderiam discutir sobre outro formato, mas, até então, o Regimento exigia votação nas Comissões antes do seu pronunciamento. Disse ainda que sua própria opinião ainda estava sendo formada, dando como exemplo a questão do conteúdo mínimo, cuja falta vinha sendo apontada pelo senhor Carl Hauenschild, tornando-se objeto de atenção dele, que passou a indagar especialistas a respeito. O vereador Arnando Lessa disse que não podiam se pronunciar de modo conflituoso e que havia recebido emendas de diversos vereadores, as quais iria publicizar, esperando apreciação popular. O senhor Carl Hauenschild disse que, estando o Projeto há três meses e meio na Casa, os edis já poderiam ter uma opinião a respeito. O vereador Arnando Lessa respondeu que os vereadores discutiam o assunto ao longo da atividade parlamentar regular, e o senhor presidente, que o lapso de tempo apontado não dizia muito, observando que o próprio vereador Hilton Coelho o reputava curto e pedia dilatação do período para discussões. O vereador Hilton Coelho observou o público reduzido na audiência, o que viu como sinal de desinteresse, uma vez que as audiências haviam se iniciado com maior presença. Em razão disso, reiterou sua crítica ao modelo adotado, lembrando que a audiência sobre o Regimento, por ele proposta, não fora realizada, e agradecendo as presenças dos senhores Carl Hauenschild, Daniel Colina e outros. O vereador Arnando Lessa ressaltou a importância das presenças de todos os que estavam nas audiências, e não apenas de maneira física, e pediu que as colaborações fossem não apenas com relação à

forma, mas, também, ao conteúdo. O senhor presidente disse que vinha estudando sobre participação popular, para a qual via a importância dos recursos tecnológicos, considerando que mesmo a realização de audiências em pontos variados da Cidade poderia não trazer o nível de resposta almejado. Discordou do vazio apontado nas audiências, que via mais cheias que as realizadas no Ministério Público (MP), e observou a expressiva participação através da tecnologia. Um cidadão presente pediu que a discussão do PDDU fosse aos bairros, e o vereador Arnando Lessa respondeu que estavam abertos a convites, discordando também do esvaziamento e dizendo que as falhas já eram corrigidas, como na mudança do calendário. Outro cidadão considerou que o microfone restringia a participação dos populares, cuja voz seria calada por esse instrumento. O vereador Hilton Coelho pediu a palavra, e o senhor presidente observou que havia pessoas inscritas para falar, concedendo-lhe um minuto. O vereador Hilton Coelho disse que havia várias questões a serem discutidas e o processo não era compatível com essa demanda, devendo ser estendido até setembro. Reiterou pedido para audiência sobre o Regimento e para discutir a metodologia adotada, de apenas três minutos de fala para ao cidadão e respostas virtuais, as quais rejeitou, afirmando que uma discussão dessa natureza deveria ser presencial, em nome do aprofundamento e de uma participação mais efetiva. O senhor presidente respondeu sugerindo que ele realizasse uma oficina seguindo o seu modelo, de modo a ensiná-lo aos demais. O Senhor Henrique Barreiros pediu que todos os vereadores participassem dos debates, já que eles teriam a responsabilidade em votar, e comentou sobre a relevância do Plano em articular as políticas intersetoriais de habitação, transporte, emprego e renda. O senhor Pablo Vieira Florentino, representante do Coletivo Mobicidade Salvador, indagou à senhora Lídia Santana se havia equívoco no PDDU de São Paulo em reservar 30% das verbas do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano para Habitação de Interesse Social (HIS) e outros 30% para transporte coletivo, sistema cicloviário e de pedestre. Reforçou a proposta de 15% para o sistema cicloviário no PDDU de Salvador, dizendo que essa medida contribuiria para a mudança de paradigma do modelo “rodoviarista”, pensando uma Cidade mais inclusiva para o pedestre. Também reforçou falas anteriores na busca de metodologia de participação social em grupos temáticos, defendendo que mapas fossem construídos pela sociedade. Questionou a formação da Mesa, em audiência anterior, composta por um consultor que normalmente vencias as licitações em Salvador, com obras pensadas sob a perspectiva do modal rodoviário, e sugeriu a presença dos professores Juan Moreno, Armando Branco e Ilce Marília para debates sobre mobilidade. O senhor presidente disse que estudava uma melhor adequação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Salvador (Fundurbs). O senhor Adailson Couto, representante da Associação dos Motociclistas Profissionais da Bahia (Asmop-BA), solicitou a inclusão de mototaxis no texto

de lei do PDDU. O senhor José Luiz ressaltou a necessidade da haver respeito à fala dos cidadãos e criticou os vereadores que não tinham educação em ouvir os anseios do povo. A senhora Lídia Santana informou que os mapas do Projeto estavam expostos no *foyer*, inclusive o n. 5, sobre transporte coletivo e sistema cicloviário, e recusou que, quanto a este, tivesse havido negligência. Sobre a pergunta acerca do PDDU de São Paulo, disse que não poderia avaliar sua consistência e apenas sabia de questões que haviam sido judicializadas, e explicou que o Fundurbs não era matéria própria de PDDU, havendo apenas rubricas a seu respeito. Respondendo a pergunta do senhor presidente sobre ciclovias, considerou envolver uma decisão política, e não a apreciação de um corpo técnico. Disse não ver incongruência no PDDU quanto à política nacional de transportes públicos e explicou que a alternativa cicloviária é limitada, sendo complementar ao sistema de transportes, e não seu concorrente. O senhor Henrique Barreiros citou frase sobre o todo não ser a soma, mas, a integração entre as partes, e reiterou o caráter intersetorial do PDDU. Criticou os estacionamentos da Cidade pelas cobranças exorbitantes, que via até em situações nas quais eles existem por exigência legal para um empreendimento, e considerou ter havido falta de controle sobre essa questão a partir da gestão do atual prefeito. Lembrou haver proposto multimodalidades de transporte, considerando o PDDU uma oportunidade para se retomar a ideia do plano-diretor hidroviário, e disse não ver clareza sobre os ancoradouros de imóveis do Corredor da Vitória com relação à possibilidade de seu uso geral. Também mencionou a situação dos planos inclinados e dos trilhos. Pela ordem, um cidadão questionou o fato de as Atas serem lidas ao final, defendendo que elas fossem lidas ao longo do debate. O senhor Carl Hauenschild informou que 30% dos presentes questionaram em quanto tempo o PDDU, se aprovado, conseguiria programar melhorias no planejamento urbano de Salvador. Defendeu que a política de desenvolvimento urbano fosse discutida com os vereadores, com a visão de curto, médio e longo prazo, o cenário atual e as melhorias. Exemplificou as questões relacionadas ao saneamento básico com as três últimas vezes em que o Imbuí inundou, o deslizamento de terras no Retiro e o vazamento de uma adutora na BR-324, e considerou que a falta de indicadores fazia com essas respostas não fossem respondidas pelo Plano. A vereadora Aladilce Souza disse que o PDDU é a lei mais importante da Cidade, pois pretende direcionar seu desenvolvimento, e afirmou que, para tanto, é preciso um processo de mobilização. Disse ainda que as datas do novo calendário não contemplaram e chamou a atenção para o auditório esvaziado. Ponderou que a prioridade dos edis é o PDDU, mas que havia outros compromissos e o calendário estava prejudicando essa participação. Afirmou que era preciso a realização de audiências públicas em outras regiões e pediu que elas fossem consideradas no calendário oficial. O senhor presidente pediu que a vereadora apresentasse a norma que dispunha sobre essa

obrigatoriedade e lembrou que o vereador Arnando Lessa já havia falado das oficinas que seriam realizadas fora da CMS. A vereadora Aladilce Souza leu o parágrafo 1º do art. 350 do Projeto, que prevê “a alternância entre os locais de discussão”, e o senhor presidente observou que o Projeto ainda não fora aprovado. Foi lida a súmula da Ata da audiência pública anterior, realizada em 1º de março de 2016, após o quê, o senhor Henrique Barreiros explicou ter dito que o secretário Sílvio Pinheiro alterou a forma de remuneração com o Consórcio Parques Urbanos; e o senhor Marcos Sampaio, ter falado da discussão sobre a área de Cajazeiras ser ou não protegida. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza leu o art. 302 do PDDU vigente sobre alternância dos locais de discussão. O senhor presidente lembrou que qualquer vereador podia propor a realização de oficinas nos bairros. Disse que a norma trata das discussões para a elaboração do PDDU, o que compete ao Executivo, e que o entendimento legal é que a CMS nem teria obrigação de realizá-las, embora, moralmente, sim. A vereadora Aladilce Souza disse que o Legislativo tinha a mesma responsabilidade do Executivo, tanto que podia modificar tudo, e registrou que o trabalho deste não substitui o daquele. O senhor presidente afirmou que têm seguido a norma. O edil Henrique Carballal considerou que esse não era um debate a ser travado na audiência, mas, internamente, no Colégio de Líderes ou diretamente com o presidente da Casa, pois a audiência era para apresentação de propostas e respostas a elas, de modo a contribuir com o PDDU. O senhor presidente pediu que fosse mantido o respeito às falas e opinou que qualquer participante da audiência, mesmo sendo vereador, poderia trazer qualquer questão ao debate. A senhora Lídia Santana contou que foi elaborado um plano de trabalho de modo a colaborar com o processo do PDDU e que esse plano foi feito com base em pesquisa na qual se percebeu que esse processo ainda carecia de discussão de conteúdo. Disse que a Resolução n. 25 do Conselho das Cidades fala em debates, e não, em audiências públicas, e reiterou que os vereadores podiam promover esses debates com o apoio da Comissão Técnica e da Casa, se quisessem. Explicou que a ideia era criar uma rede integrada de discussão que drenasse todas as contribuições, e que audiências públicas são uma forma de discussão. A vereadora Aladilce Souza elogiou a condução do vereador Léo Prates. Disse que a questão não foi discutida pelo Colégio de Líderes e questionou qual o poder de deliberação de uma audiência e de uma oficina, dizendo entender que as emendas considerariam as contribuições dadas em audiências. Leu o inciso I do parágrafo 4º do art. 40 do Estatuto das Cidades, destacando que os Poderes Legislativo e Executivo municipais, no processo de elaboração do PDDU, garantiriam a promoção de audiências públicas e debates. O vereador Hilton Coelho considerou incontestável a leitura do Estatuto e defendeu, além disso, que as audiências discutissem seu Regimento. Disse que esse entendimento deveria ter sido discutido pelo Colégio de Líderes e que o Regimento das audiências deveria ter sido

discutido na primeira audiência, mas que nada disso ocorreu. O senhor Mário Marcelino releu a referida disposição e observou que ela não falava apenas em audiências públicas. Pela ordem, o senhor Henrique Barreiros disse que as oficinas realizadas pelo Executivo foram apenas para conhecer as necessidades dos bairros, não tendo o PDDU sido tratado. O senhor Marcos Sampaio disse que o presidente Paulo Câmara falou que não haveria emendas em Plenário e questionou onde estariam os vereadores. Lembrou que o vereador Léo Prates é o relator do Projeto e considerou que ele já estava emitindo opinião e deliberando sobre algumas questões, não garantindo sua isenção. Lembrou que esta audiência era devolutiva e questionou o que poderia dizer às pessoas sobre as respostas às suas propostas, considerando que mais houve uma exposição técnica, permanecendo a dúvida do que foi ou não acatado. Disse haver dúvida sobre o papel deliberativo e indagou o que valeria, se a opinião do vereador ou a Plenária. Disse ainda que o formato das audiências precisava ser revisto, informando que o Conselho de Saúde, o qual preside, não recebera convite algum para participar e convocar as pessoas a participarem das audiências. Considerou que o discurso era muito técnico, o que fazia com que o cidadão não conseguisse contribuir, e que o relator precisava preservar sua imparcialidade. O senhor presidente observou que não vinha fazendo juízo de valor sobre conteúdo e que discutiu sobre a forma. Explicou que o relatório tratará de admissibilidade e conteúdo. Explicou ainda que o vereador Arnando Lessa, que presidia a audiência, teve um problema familiar sério e precisou se ausentar, razão pela qual assumiu a condução dos trabalhos. O senhor Pablo Vieira Florentino pediu desculpas à senhora Lídia Santana por tê-la interrompido, explicando que o pleito que defende é pelos interesses da Cidade e para que ela experimente um novo paradigma, não existindo interesse de uma entidade. Comentou sobre a fala de que o Conselho Municipal é quem determina sobre o recurso do Fundurbs, observando que o Conselho não é deliberativo e, assim, concluindo se tratar de uma falácia. Discorreu sobre pesquisa realizada pelo Observatório das Metrópoles sobre bicicleta, na qual se constatou que Salvador já tem média de uso de bicicleta maior que a nacional, mesmo independentemente da malha cicloviária, mostrando que sua utilização é muito mais que de 5 a 10 quilômetros. Registrou que as audiências em Belo Horizonte aconteciam sempre aos sábados, mostrando o auditório esvaziado, e indagou quando as emendas seriam expostas e quem as avaliaria. Concluiu considerando um absurdo a proposta do vereador Geraldo Júnior de se tirar o mapa da SAVAM. O senhor presidente falou da evolução do processo de tramitação do Plano, que envolve três Comissões temáticas, e garantiu que, dessa vez, não haveria emendas de última hora no Plenário. Informou que seu relatório conteria a leitura de todas as emendas, como também garantiu a possibilidade de leitura de pelo menos um voto em separado. A vereadora Aladilce Souza registrou que não houve discussão do rito

de tramitação do Plano com os edis. Considerou que o presidente Paulo Câmara foi impositivo a respeito dessa situação, com a publicação do Regimento das audiências, em Diário Oficial, sem debate. O senhor presidente disse que cada presidente de Comissão, com sua função específica, acordou sobre a tramitação conjunta, envolvendo a CCJ, a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, e a de Planejamento Urbano e Meio Ambiente. O vereador Henrique Carballal lembrou que cada vereador tem a prerrogativa de apreciação do Projeto. Comentou fala do presidente de que emendas não seriam dadas em Plenário, dizendo que isso poderia ser acordado, mas lembrando haver a prerrogativa dos edis e a soberania do Plenário. Disse à vereadora Aladilce Souza que a audiência não era o fórum para debates internos. Em seguida, pediu que o PDDU preservasse os espaços utilizados durante o Carnaval, destacando a importância da festa para a economia e a veia turística da Cidade, afirmando que o PDDU precisava garanti-la. Mostrou entendimento diverso sobre os prazos estarem estabelecidas no Plano, afirmando que a previsão de sua revisão já era suficiente e que ele consistia numa construção de diretrizes e não, de especificidades. Opinou que o transporte clandestino não deveria constar como matéria do Plano e concluiu destacando a participação da Ouvidoria na audiência, bem como sua disponibilidade em ouvir o cidadão. O senhor José Luiz elogiou a transmissão da TV Câmara em tempo real e parabenizou os servidores da CMS. Opinou que a Mesa deveria ser pontual em suas colocações e que ali não era lugar para rusgas eleitorais, que tomavam o tempo do cidadão. Questionou sobre os assessores dos edis e mencionou a situação do País. Ressaltou que as pessoas precisam ter responsabilidade com suas palavras e que os Poderes tinham de assumir suas responsabilidades. O senhor presidente saudou seus assessores presentes. O senhor Henrique Barreiros comentou fala de que o PDDU não precisava ter horizontes temporais, dizendo que, se precisasse, a Lei n. 7.400 “estaria no chão”. Lembrou que o Plano de Saneamento Básico do professor Moraes foi anexado aos PDDUs de 2004 e 2008, e nada dele foi realizado, e, agora, exatamente o mesmo Plano foi acolhido na Minuta em discussão. Questionou como o gestor poderia ser responsabilizado por isso e defendeu que o Plano precisa sim prever como vai gerar recurso, dizendo que, por tal razão, foi criado o Fundurbs, para o qual recursos como a contribuição de melhoria são direcionados. Defendeu que ela precisa fazer parte do PDDU, pois é prevista no Estatuto e é instrumento gerador de receita para o Fundurbs, bem como a outorga onerosa do direito adicional de construção, que deveria ir para o Fundo, considerando que estavam tentando acabar com ele. Explicou em que consiste a contribuição de melhoria, que mede a valorização do terreno e devolve recursos para o Poder público poder aplicá-lo em outro local. Defendeu que o PDDU tem sim que ter metas e fontes geradoras de recurso, e que a Operação Urbana Consorciada (OUC) tem que pressupor o que se quer antes. Opinou que

era preciso voltar vários temas e também observou a ausência de edis, desejando que eles comparecessem à audiência seguinte. O senhor Mozart Estrela criticou a metodologia já adotada pelo Poder Executivo, bem como a falta de convite aos conselheiros municipais por parte da CMS. Relatou o histórico da comunidade de Cassange, que até 2009 era tido como área de uso urbano e rural, e sugeriu alteração do art. 161, com o retorno da classificação da zona urbana rural para a comunidade do local, já que lá existe vocação para fomentar a agricultura urbana. A senhora Érica Teles entregou à Mesa documento sobre a redução dos limites de velocidade máxima em comparação a outras cidades. Falou sobre a elaboração de abaixo-assinado em prol dessa reeducação e reforçou que a luta do coletivo não era somente pelo uso da bicicleta, mas pela busca de uma eficiente intermodalidade. A senhora Cláudia Bezerra ressaltou que o PDDU não é uma lei qualquer e disse que, com ele, deveria ser estabelecido um pacto pela Cidade, absorvendo todas as discussões dos setores da Cidade, e não se fazendo audiências por uma questão moral. Enfatizou que a Lei fala tanto do Poder Executivo quanto do Legislativo com relação à promoção de audiências e opinou que se deveria começar do zero, já que ainda não havia decisão sobre se o Plano deve ou não conter metas, lembrando que ele serve como base para o Plano Plurianual (PPA) e outras leis orçamentárias. Registrou que a prestação de contas do Município foi realizada no mesmo dia de uma das audiências e questionou sobre a situação econômica e o legado de Salvador, mencionando sobre o Município ocupar a última posição em arrecadação e em Programa Saúde da Família. Indagou que PDDU se queria fazer, de faz-de-conta ou para tirar Salvador das últimas posições em vários índices, e afirmou que a metodologia das audiências precisava ser revista. O senhor Eudes Oliveira comentou sobre a creche Béu Machado, dizendo que ela não estava recebendo repasse da Prefeitura, e pediu apoio à instituição. Em seguida, falou sobre o Nordeste de Amaralina, que é uma ZEIS com 120 mil moradores, dizendo não ver no PDDU um critério para construção na região e o que estaria previsto para esgotamento sanitário. Defendeu a descentralização das audiências e disse não ser contra empresário, mas que não dava para pensar a Cidade só sob esse aspecto, com o PDDU voltado aos interesses de um só setor. Considerou que o momento era agora, pois, se o PDDU viesse a ser judicializado, não haveria segurança jurídica, afirmando já haver atraso devido ao PDDU da gestão de João Henrique. Considerou que o processo não teve legitimidade porque não houve chamamento público da sociedade e afirmou que a democracia era que legitimava todos os processos. Avaliou que o caminho era judicializar e que, mesmo que o Poder público ganhasse, ia demorar. Por fim, desejou audiência pública no Nordeste, para que todos juntos pudessem construir um PDDU para todos. O senhor presidente declarou que haveria discordâncias no processo, mas que era preciso seguir a consciência. Disse que judicializado o

processo já estava, pois já havia liminares referentes à tramitação do Projeto. Disse ainda que estavam tranquilos e que a judicialização mostrava que a sociedade estava reivindicando aquilo que entendia. Por fim, disse que buscaria o máximo de consensos possíveis, respondida antes a questão da admissibilidade. O senhor Carl Hauenschild questionou sobre audiência para discutir o Título IX, tendo obtido a resposta de que a solicitação já havia sido acatada, mas ainda não agendada. O vereador Paulo Magalhães Júnior saudou a todos, em especial aqueles que participaram dos quatro Planos dos quais também participou. Disse concordar com fala da líder da Oposição de que este já era o PDDU mais democrático e participativo do qual teve a honra de participar, e ressaltou o aprendizado de todos com o processo. Registrou dúvida do presidente da Associação StellaFla sobre as áreas de Stella Mares e Praia do Flamengo estarem contempladas na poligonal de Ipitanga, pedindo que, caso não estivessem, elas fossem acrescentadas, inclusive cogitando a troca do nome da poligonal para o nome dos mencionados bairros. Concluiu lamentando que os vereadores não estivessem participando das audiências tanto quanto o edil Léo Prates, cuja atuação elogiou. O senhor presidente informou que a dúvida fora anotada e seria respondida, agradeceu a solidariedade de todos os presentes e informou que a próxima audiência pública seria realizada no dia 7 de março. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, e nós, Cyro Serpa, Fernanda Fontainha e Vitor Nascimento, que secretariamos, lavramos esta Ata, que será assinada pelo presidente da Casa e pelos presidentes da CCJ; Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente; Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização; e Comissão Especial do PDDU.

Presidente da Câmara Municipal de Salvador

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Presidente da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização

Presidente da Comissão Especial do PDDU